AS IDÉIAS FILOSÓFICAS E PEDAGÓGICAS DE LA-FAYETTE CÔRTES

Antonio Gomes Penna*

> *"Sou um otimista; tenho fé inquebrantável na organização da família, na organização da pátria, na organização da humanidade. Creio nesses três elementos de ordem e de progresso, sustentáculos das instituições! (...) Creio, enfim, na justiça incorruptível da posteridade!"* (Organum, *publicação enciclopédica do Instituto La-Fayette, n. 16, abr. 1926)*

Em 15 de agosto de 1926, em solenidade realizada no Departamento Feminino do Instituto La-Fayette, destinada a comemorar a figura de São Francisco de Assis e em que foi orador o Prof. F. Levasseur França, La-Fayette Côrtes, ao encerrá-la, pronunciou as seguintes palavras, obviamente inspiradas em Comte: "Não há tarefa mais difícil, mais cheia de responsabilidades perante a consciência individual e coletiva do que o julgamento dos homens. Por isso é que não podem estes ser julgados definitivamente durante a vida objetiva, tal o escrúpulo que devem ter os que julgam, antes de proclamarem a sentença definitiva, que mesmo assim só se torna irrecorrível depois de proferida pela posteridade, porque só a posteridade pode julgar sem paixões e preconceitos, com essa sabedoria e essa grandeza moral que generosamente nos lega o passado" *(O Centenário de São Franicsco de Assis,* p. 21).

A evocação das precedentes palavras de La-Fayette Côrtes justifica-se no momento mesmo em que nos propomos a examinar suas idéias filosóficas e pedagógicas, que lhe permitiram realizar sua notável obra de educador. Tendo deixado a vida objetiva há 41 anos, entendemos que nos beneficiamos da prudência recomendada e alcançamos as condições necessárias para uma análise correta dessas idéias, em função das quais exerceu com dignidade e zelo seu ofício.

O tema nós mesmos o escolhemos. Sem dúvida fomos advertidos de que La-Fayette foi, sobretudo, um homem de ação, um realizador infatigável, em outras palavras, um homem marcado "pela produtividade dos atos", para usarmos a célebre expressão com que Goethe se referiu a Napoleão, na oportunidade em que exaltou sua figura

* Doutor em filosofia e em psicologia, pela UFRJ; ex-professor titular na UFRJ; diretor do Centro de Pós-Graduação em Psicologia (CPGP) do ISOP/FGV; professor nos cursos de mestrado e doutorado em psicologia do CPGP; autor de 10 livros, entre os quais *Introdução à história da psicologia contemporânea.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

diante de Eckerman. A advertência foi excessiva, contudo. Por certo, La-Fayette foi um homem de ação, um realizador notável como o comprova principalmente a criação e a expansão de nosso saudoso Instituto. Só que La-Fayette foi mais do que isso. Foi, também, o homem teórico, de nenhum modo se definindo como "distante das expectativas dos modernos" a que se referia Nietzsche ao avalizar o pensamento de Goethe a propósito da importância da ação. Nele a ação eficaz, altamente produtiva e fecunda, enraizava-se em um corpo de idéias cultivadas com admirável aplicação e fidelidade, e que sempre apareciam em seus trabalhos como, por exemplo, na magnífica conferência pronunciada sobre *São Bernardo e o seu século,* na Sociedade de Filosofia do Rio de Janeiro, em 1928.

Por certo essas idéais não eram suas, no sentido de resultarem de uma reflexão inteiramente pessoal. Antes, assimilara-as das leituras freqüentes e profundamente meditadas que fizera de um dos maiores pensadores do século passado. Referimo-nos a Augusto Comte. Efetivamente, alcançou um notável domínio sobre o positivismo comteano, acolhendo suas principais teses e sobre elas dissertando com precisão e rigor em vários momentos de sua vida de educador brilhante e inteiramente consciente da sua missão. Assinale-se que o recurso às fontes primárias nele se percebe sempre dominante, e a referência ao *Cours de Philosophie Positive* é nele uma constante. Não descuidou, no entanto, da leitura de alguns dos grandes discípulos do mestre, como, por exemplo, de Pierre Laffitte.

Vale que se recorde que sua fidelidade ao positivismo foi total. Nunca fez concessões. Registre-se, por exemplo, que ao sentir próximo o fim e estando presente Dom Hélder, pediu-lhe La-Fayette que fosse testemunha de que nunca se convertera. Morria como tinha vivido: fiel a Comte. Talvez o testemunho de Dom Hélder lhe parecesse necessário para que nunca se pensasse que se voltara para o catolicismo.

Certo que o admirava como uma notável síntese religiosa e social, através da qual se concedeu ao sentimento um papel relevante em todo o decurso da Idade Média. Com ele se exaltara a vida afetiva que se marginalizara nas grandes fases das culturas grega e romana, de fato centradas, respectivamente, na importância concedida à razão e à ação. Com ele, inclusive, se exaltara a mulher, em torno da qual se consolidara a família. Admirava-o, contudo, como "a mais alta concepção desses regimes provisórios", conforme observou ao ensejo do encerramento de sua conferência sobre *São Bernardo e o seu século.* Tal admiração, entretanto, era uma função mesma de suas convicções positivistas e tinha por fundamento o notável esforço de interpretação e desvelamento realizado pelo próprio Comte. A este, na verdade, em grande parte se deve o movimento de reabilitação da Idade Média, freqüentemente vista, apenas, como um longo período de obscurantismo. Sem dúvida não foi nada brilhante em muitos de seus aspectos, e mesmo um grande positivista como Ivan Lins não o negou, contudo, por igual fiel às concepções históricas de Comte, os grandes aspec-

tos do medievalismo, sem compartilhar, porém, da excessiva admiração que marcava o intelectual católico de seu tempo.[1]

Obra basicamente de São Paulo, a quem, como registra La-Fayette, se deve o sentido universalista assumido pelo cristianismo, revela-se o catolicismo muito próximo, em vários pontos, do próprio positivismo, especialmente pela relevância que este concedia à perspectiva da universalidade. Sobre os pontos comuns aproximando o positivismo e o catolicismo, dissertou com notável clarividência o inesquecível Leônidas de Rezende, em sua magnífica tese *A formação do capital,* com que alcançou, há mais de meio século, a cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centrada no marxismo, do qual nos dá uma síntese magnífica e com o qual compara as duas doutrinas acima citadas, a obra de Leônidas de Rezende bem pode ser conceituada como uma autêntica fonte do movimento da Teologia da Libertação.

Tudo justifica, então, a preocupação de La-Fayette[2] em seus momentos finais: ele deixava a vida objetiva inteiramente fiel a Comte, e era nessa condição que desejaria ingressar na vida subjetiva, ou seja, nessa condição que desejava ser lembrado pela posteridade. A morte não o atemorizava. Afinal, como ele próprio escrevera, em discurso pronunciado em uma comemoração fúnebre, publicado no *Organum,* nº 14, outubro de 1925: "A morte só pode aterrorizar aqueles que temem o grito da própria consciência, aqueles que nada construíram, que se não ligaram ao passado, que atravessaram a vida irreverentemente, indiferentes e frios perante as provações alheias, ouvidos fechados aos gemidos lancinantes dos que sofrem, olhos fechados para os quadros lúgubres que apresentam os que vivem a vida do desconforto e da miséria, coração fechado a todos os sofrimentos humanos, encerrados na torre de marfim da egolatria, adorando a própria personalidade, num assomo devorador de egoísmo." Ademais, não nos esqueçamos que La-Fayette acreditava cegamente na "Justiça incorruptível da posteridade", justiça que agora nos permite que lhe tributemos nossa homenagem, recordando-lhe as idéias pelas quais viveu e em função das quais concebeu todo o seu projeto de educador. O não temer a morte não implicava que não desejasse ardentemente a vida, e sempre manifestava o desejo de que ela não fosse tão curta quanto pressentia para que pudesse dispor do tempo necessário

[1] Positivista convicto que assim se manteve até o final de sua vida objetiva, não foi, conforme o depoimento de La-Fayette Côrtes Filho, um freqüentador assíduo do templo positivista. Mas cultivava o convívio com Teixeira Mendes e, segundo Dirce Côrtes, não perdia nunca as conferências pronunciadas por Ivan Lins. Nessa condição, não deve ter perdido as belas conferências que o mestre positivista pronunciou na década de 30 sobre a Idade Média, convertidas depois em livre tema, de resto, sempre caro a La-Fayette. De qualquer modo, e a ressalva é insistentemente feita por La-Fayette Côrtes Filho, jamais fez proselitismo ou permitiu que se fizesse em seu Instituto, que estava e permaneceu sempre aberto a todas as sínteses doutrinárias.

[2] Nascido em Além-Paraíba, La-Fayette estudou em Leopoldina, no Colégio São Sebastião.

para a realização de seus projetos. Era-lhe mesmo freqüente a observação de que tinha que produzir em uma hora o que a outros talvez fosse permitido realizar em muitas.

Sustentamos que sua obra não se realizou ao acaso das circunstâncias, mas em decorrência mesmo de uma convicção filosófica que lhe proporcionou uma visão profunda de como conduzir suas tarefas de educador. Na verdade, La-Fayette trabalhou sempre fiel a um compromisso antropológico e ético que se impôs como expressão do positivismo. Estamos convencidos de que La-Fayette foi um dos poucos educadores a orientar seu trabalho com base em uma clara filosofia da educação. Supomos mesmo que no Rio de Janeiro só um outro se aproximou de La-Fayette no que concerne às suas convicções doutrinárias, com elas, pavor igual, vivendo sua obra pedagógica. Referimo-nos ao Gen. Liberato Bittencourt, apoiados, de resto, no depoimento pessoal de um de seus mais brilhantes discípulos e hoje um dos mais importantes pensadores de nosso país, como efetivamente o é Evaristo de Moraes Filho. De qualquer modo, La-Fayette alcançou um notável nível de rigor e intensa coerência no que refere à utilização da doutrina comteana, e insistimos na tese de que a única possibilidade de se sentir e avaliar o significado de sua ação profundamente realizadora consiste em se vinculá-la ao positivismo.

Já mencionamos como um dos textos mais informativos acerca do pensamento de La-Fayette a notável conferência sobre *São Bernardo e o seu século*. Na verdade, é um texto de filosofia da história e de história social, com uma imensa riqueza de informações sobre a evolução do catolicismo e sobre a ação de algumas de suas mais notáveis figuras. Nele se destaca a relevância concedida à vida monástica, efetivamente iniciada por Santo Atanásio no ano de 341 e alcançando seu momento mais importante com São Bernardo, no século XII. Entendemos que esse texto merece uma divulgação adequada, pois, mais do que em qualquer outro, nele se exprime a perspectiva filosófica em que se situou La-Fayette. Uma estreita vinculação se pode perceber entre algumas passagens desse texto e o desenvolvimento de sua obra pedagógica. Por exemplo: 1. a importância concedida à mulher, sempre definida por La-Fayette como o sexo afetivo e figura central na organização da família, cabendo-lhe a grande tarefa de educadora da prole e inspiradora do homem. O destaque dado a Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho, ilustra a tese que, de resto, decorre da própria filosofia positiva; 2. a relevância concedida aos trabalhos manuais nos conventos, instituições que favoreciam a vida contemplativa e o desenvolvimetno espiritual dos que neles se integrassem. Pois ambas essas características inspiraram La-Fayette, a primeira conduzindo-o à criação, em 1921, do Departamento Feminino e à instalação, nele, do curso geral superior, totalmente voltado para a formação da mulher que se deveria destinar ao lar e ao magistério. A segunda, incentivando-o a desenvolver, no Instituto que fundara em 1916, os trabalhos manuais, aos quais emprestava o máximo de dignidade. Destaque-se, nesse particular, a relevância concedida a uma oficina de carpintaria, na qual a presença de alunos interessados era inteiramente encorajada.

Entrementes, o texto sobre *São Bernardo e o seu século* revela, também, a adesão de La-Fayette à concepção positivista da História, como um processo contínuo em que os avanços se vão assinalando de modo inequívoco, pela conjugação de dois fatores:

1. as leis naturais que justificam o progresso das instituições; 2. a ação dos grandes homens. A omissão deste último fator responde por grave falta na compreensão do processo histórico que, por igual, não se poderia sustentar, apenas, na ação de algumas individualidades relevantes. Os dois fatores, efetivamente, se revelam complementares. De qualquer modo, destaca La-Fayette a importância extrema da atuação do agente humano, definido em seu texto como "órgão condensador". Escreve La-Fayette: "É bem conhecida a atitude, em determinada época, de metafísicos e letrados, negando o papel dos grandes homens na marcha da civilização. Essa confusão se estabelece graças ao empirismo entre eles dominante, determinando o conhecimento incompleto de que os fenômenos quaisquer se originam das leis naturais. É a errônea suposição de que essas leis naturais tudo completam por si mesmas, como se não precisassem de um órgão que as traduzisse e coordenasse, aplicando-se às diversas necessidades sociais. Sem esse órgão condensador não se conseguiriam disciplinar as energias promanadas de semelhantes leis. A teoria positiva das forças sociais, proclamando a lei da continuidade, admite o conjunto desse concurso de energias como um fruto do trabalho dos antepassados e dos contemporâneos, destinado a ser, afinal, completado por determinado órgão individual" (p. 3). Fica claro, através desse texto, a importância que La-Fayette atribuíra à ação humana na produção do progresso, ação que tanto envolvia os vivos quanto os mortos, os primeiros cada vez mais dirigidos e inspirados pelos últimos. Compreende-se, à luz da teoria positiva das forças sociais, a importância que La-Fayette concedia è evocação das grandes figuras históricas, através das muitas solenidades que realizava em seu Instituto e, particularmente, na sede de seu Departamento Feminino. Tais solenidades comprovavam a permanência, na vida subjetiva, através da memória social, dos grandes vultos que concorreram para o progresso da humanidade e, de fato, representavam a manifestação permanente da "justiça incorruptível da posteridade".

Vale recordar que foi no Departamento Feminino que La-Fayette realizou, a partir de março de 1921, data de sua fundação, um curso de educação moral e cívica que, na verdade, propiciava-lhe a grande oportunidade de apreciar a teoria positiva da evolução histórica e das grandes aquisições morais que se realizavam através das altamente significativas sínteses provisórias que se produziram, dentre as quais o grande relevo incidia sobre a influência da igreja católica em todo o medievalismo. Estamos persuadidos de que o conteúdo dessas lições integra, em grande parte, a série de artigos publicados no *Organum*, sob a denominação A evolução social em marcha, que teria dado lugar à publicação de um ensaio que, no entanto, não chegamos a ter em mão. De qualquer modo, grande parte do conteúdo dessas lições nós a encontramos em vários dos números publicados pela revista mencionada aos quais tivemos acesso.

No estudo que empreende sobre essa síntese provisória, que é o catolicismo, La-Fayette destaca a relevância dos mosteiros. Neles se oferecia, como escreve à p. 11, "uma base apreciável para a cultura intelectual, um ambiente admiravelmente adequado à mais sólida e à mais pura evolução moral". De resto, sua perspectiva entusiástica sobre essas instituições proporciona-lhe o próprio Comte, de quem faz longa transcrição na p. 11: "Ouçamos o autor da filosofia positiva, numa passagem da idade do monoteísmo: 'deve-se igualmente reconhecer o alto papel político, até o declínio do sistema, dessas instituições monásticas que, além de seus incontestáveis serviços intelectuais, constituíram certamente um dos elementos mais indispensáveis desse imenso organismo. Espontaneamente nascidas de imperiosa necessidade que deveriam experimentar, na origem do catolicismo, os espíritos contemplativos, de se afastarem, tanto quanto possível, da exorbitante dissipação e da corrupção excessiva do mundo contemporâneo, essas instituições especiais, apenas conhecidas pelos abusos dos tempos da decadência, foram em geral o berço necessário onde se elaboraram, durante tantos séculos, as principais concepções cristãs, quer dogmáticas, quer práticas. O seu regime fundamental tornou-se, em seguida, a aprendizagem permanente da classe especulativa, cujos membros mais ativos vinham muita vez retemperar assim a energia e a pureza de caráter, muito suscetíveis de alteração pelos contatos temporais cotidianos; e a fundação ou a reforma das ordens oferecia, além disso, diretamente, para tal época, ao gênio político um feliz êxito elementar e um útil exercício contínuo que se não saberia mais convenientemente apreciar, depois da inevitável desorganização desse vasto sistema provisório de organização espiritual. Enfim, sob o aspecto político mais amplo, é evidente que, sem uma semelhante influência, esse sistema não teria podido adquirir e ainda menos conservar, nas relações européias, o atributo de generalidade que lhe era indispensável e que teria sido rapidamente absorvido pelo espírito de nacionalidade, para o qual deveria tender cada clero local, se essa milícia contemplativa, bem melhor colocada, por sua natureza, sob o ponto de vista verdadeiramente universal, não lhe tivesse sempre reproduzido espontaneamente o pensamento direto, dando também, quando necessário, o exemplo de uma independência que lhe seria fácil. A principal condição de eficácia comum a todas as diversas propriedades políticas que acabo de assinalar na constituição católica consistia, sobretudo, nessa poderosa educação especial do clero, que deveria então tornar o gênio eclesiástico habitualmente tão superior a qualquer outro, não somente em luzes de todos os gêneros, mas ainda em aptidão política'."

E comenta La-Fayette: "Se o fim da vida moral consiste em reprimir os instintos pessoais e desenvolver os instintos sociais, não há, efetivamente, melhor meio de educação moral do que a concentração permitida por um ambiente de calma, de solidão e de silêncio. Só assim se poderá meditar sobre a marcha das idéias simbolicamente representadas pelas grandes fases da história e pelos grandes tipos humanos. É uma operação verdadeiramente experimental. Meditar, meditar em recolhimento sobre a própria marcha da civilização, examinar as naturezas de elite em todas as suas manifestações, eis como se estuda o homem e a sociedade, eis como se chega ao co-

nhecimento da própria natureza humana" (p. 11 e 12). O texto revela-se altamente informativo sobre a relevância atribuída por La-Fayette, obviamente na esteira das concepções comteanas, ao conhecimento da evolução histórica como chave para a adequada detecção da natureza ao homem. No fundo, subordina-se a psicologia e, mais ainda, a antropologia filosófica à história.

Dentro, ainda, da teoria positiva da evolução social, não passa despercebida a La-Fayette a importância que nela se concedia ao pensamento em sua dimensão utópica. Em sua magnífica conferência pronunciada em 12 de outubro de 1925, no Departamento Feminino, sobre o tema O papel da mulher na sociedade, a ele se refere na p. 6. Escreve La-Fayette: "Sempre se observa nas ciências inferiores uma utopia científica. A dirigibilidade do balão, em física, é a última recentemente utilizada. Utopia científica não é aquilo que nunca se poderá realizar. Utopia científica é aquilo que se não pode realizar em cada época, mas que se poderá resolver em realidade mais tarde, graças às leis inevitáveis do progresso." Deduzimos que fica subentendida a adesão de La-Fayette às utopias sociais, de resto, definíveis, igualmente, como utopias científicas, no contexto mesmo do pensamento de Comte que, não nos esqueçamos, foi o fundador da própria sociologia. Delas se poderá dizer, também, estendendo o pensamento de La-Fayette, que representam "aquilo que se não pode realizar em dada época, mas que se poderá resolver em realidade, mais tarde, graças às leis inevitáveis do progresso". Como, por exemplo, a que proclamava a inevitabilidade da incorporação social do proletariado, tese, de resto, central no contexto da teoria positiva da evolução histórica.

Aberto às utopias, aproxima-se La-Fayette de um outro educador notável, sobre o qual tivemos oportunidade de escrever (Texto nº 4 do CPGP/ISOP/FGV). Referimo-nos a Manoel Bonfim que, inclusive, se inspira em brilhante pensamento de Anatole France. Vale a pena que se transcreva o comentário de Bomfim: "Utopia... Utopia... repetirá a sensatez rasteira. Utopia sim; sejamos utopistas, bem utopistas, contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos. Sem os utopistas de outrora (escreve Anatole France), os homens viveriam ainda hoje nas cavernas, miseráveis e nus. Foram, os utopistas que traçaram as linhas da primeira cidade. Dos sonhos generosos saem realidades benfazejas. A utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro melhor (...) Deixemos às gentes conservadoras e refletidas o condenar e desprezar a utopia – Marthas absorvidas na banalidade comum, que o uso já mecanizou; queiramos o que será a glória de amanhã" (*A América Latina*, p. 429). Vale assinalar que a aproximação que aqui se propõe entre os dois educadores estende-se à concepção da teoria de evolução social que, em ambos, nunca se poderá explicar só pela determinação das leis naturais, mas pela decidida intervenção do homem.

A conferência sobre o papel da mulher na sociedade põe em relevo a aceitação, por parte de La-Fayette, da perspectiva de Comte. E é importante que se registre e res-

salte o que ele escreveu sobre o problema, cuja solução pareceu-lhe justificar a criação do Curso Geral Superior, por longos anos mantido no Departamento Feminino. Escreve La-Fayette: "Um dos principais problemas sociais está em saber qual a posição do homem e da mulher no seio da sociedade. Dessa concepção depende toda a ordem moral do mundo, partindo da organização da família, que dá origem a todo o encadeamento da formação da pátria, para que essa, por sua vez, se possa constituir, ao lado se suas irmãs, elemento integrante da família humans (p. 3). A questão assim proposta obviamente sugere posições distintas, capazes de excluir qualquer situação conflitiva, pela absorção por ambos os sexos das mesmas funções sociais. Na verdade, deverá competir à mulher papel diferente do que se reserva ao homem. Essa diversificação de papéis é, inclusive, apreciada ao longo do desenvolvimento histórico, e La-Fayette não abriu mão da tese comteana que atribui ao sexo afetivo o desempenho da condição de mãe, esposa ou filha. A ela, efetivamente, deverá corresponder a faina educativa e o adoçamento das relações, de modo a produzir a estabilidade da família. "É que, numa sociedade organizada – escreve La-Fayette – a mulher só poderá desempenhar o seu elevado papel de mãe, esposa ou filha. O meio social, nas eras de paz e de ordem, quando, de fato, está a sociedade disciplinada e existem os dois poderes, temporal e espiritual, permite a expansão altruísta dos nobres sentimentos femininos, expansão de que resultam os melhores benefícios para a disciplina do sentimento, para a nobreza do coração humano" (p.5).

Claramente posiciona-se La-Fayette contra o feminismo. Compreende-o como expressão de um período histórico marcado pelo sentido da transição. Nele percebe uma invenção visando a resolver o problema humano. Solução inadequada, na medida em que por seu intermédio "tira-se à mulher o seu maior prestígio, que é o altar da família".

Convencido da diversidade de atribuições que, numa sociedade organizada, devem recair sobre o homem e a mulher, criou La-Fayette o Departamento Feminino em 1921 e, conforme assinalamos, nele instala o seu Curso Geral Superior que, efetivamente, expressava uma solução pedagógica inspirada nas concepções positivistas. O objetivo era o de melhor preparar a mulher para o seu desempenho social, centrado no exercício do papel de mãe e de educadora, cujo paradigma La-Fayette encontrava em Cornélia, mãe dos Gracos, ou em Santa Mônica, a maior das mães cristãs pelo modo como soube conduzir a educação intelectual e moral de Santo Agostinho.

Por certo, sua formação aberta e sensível às novas exigências sociais que marcam o mundo atual permitiu-lhe concessões no que se refere ao sexo afetivo e, a partir de determinado momento, abre a sede do Instituto, em princípio destinado ao sexo masculino, para a mulher, que passa também a freqüentá-lo, por certo, a partir do ciclo colegial. De qualquer modo, o seu ponto de vista sobre a posição da mulher no mundo permanece, como se poderá verificar do trecho da mesma conferência que passamos a reproduzir: "Maior do que qualquer outra, por certo, resulta a grave responsabilidade

da educação presente da mulher, para que lhe seja possível conservar e apurar a sua delicadeza de sentimento e desempenhar a sua missão elevada de mãe, de esposa e de irmã no seio da família, preparando-se ao mesmo tempo para os cargos que, fora do lar, dentro da atividade comercial e industrial, poderá exercer em circunstâncias difíceis, mas seguramente com mais proficiência, mediante uma orientação prática e uma cultura científica assimilada em complexidade crescente. Educar a mulher não é encher-lhe o cérebro de uma erudição eivada de erros, que conduz às mais funestas conseqüências, dando desenvolvimento à vaidade e ao pedantismo que deformam a alma e prejudicam o caráter. Educar a mulher é ilustrar-lhe o cérebro à luz da ciência positiva, engrandecendo-lhe, elevando-lhe, aperfeiçoando-lhe o coração, para que ela considere sempre o amor ao lar, quaisquer que sejam as circunstâncias que a rodeiem" (p. 10). E mais adiante: "Mesmo e principalmente para o bom desempenho de seus atributos de mãe, não poderá a mulher prescindir de um preparo cientificamente orientado, pois terá de orientar a educação dos filhos, a sua cultura moral, a sua cultura intelectual. Por outro lado, ela não poderá, nem deverá ser a concorrente do homem, mas a sua companheira, a sua inspiradora, o seu anjo da guarda. Sem uma nobre educação do sentimento, já de si superior, não poderá manter-se na sua proeminência moral, pois se transviará para as atribuições do homem, conferidas não mais por uma necessidade passageira, mas por falta de orientação que lhe fará comprometer a sua bela missão social" (p. 10-11).

Vale que se assinale que essas duas passagens da conferência de La-Fayette representam reproduções do texto em que apresentou o programa a ser desenvolvido pelo Departamento Feminino.

A posição de La-Fayette no domínio da filosofia política e da ação social esboça-se no comentário que reproduzimos acerca do significado da utopia. Sem dúvida, conforme assinalamos, o comentário citado não se desenvolve explicitamente no domínio da organização política e social. Pressupõe-se, entretanto, que esse aspecto não tenha escapado à sua visão prospectiva, até porque o positivismo o comportava.

De resto, na conferência que fez sobre o papel da mulher na sociedade, propõe La-Fayette considerações muito significativas e que se abonam, no que se refere ao seu exato significado, pelo seu próprio estilo de vida, marcado por acentuada simplicidade. Escreve ele, na p. 9: "Procura-se resolver o problema econômico, quando o problema a resolver é filosófico e moral. O patrimônio social, mal distribuído, não pode contentar a ninguém. Dificulta-se a vida, complica-se a situação, porque ninguém quer realizar o ideal da vida simples e o luxo atrai e domina e desorienta e fascina." Apreende-se aqui, ainda, sua concepção da filosofia da história como centrada, não na subordinação dos valores morais aos determinismos econômicos, mas, inversamente, na subordinação das estruturas e valores econômicos aos valores morais.

No tocante à preocupação social de La-Fayette, ela se ilustra de forma concreta e inequívoca através da fundação de uma associação assistencial a que denomina de

"Comunhão Social *Organum*". Dela dispomos dos estudos, publicados em 1928, cujos artigos falam com eloqüência das nobres preocupações de La-Fayette. Reproduzimos, a título de ilustração, os cinco primeiros artigos do citado Estatuto: "Art. 1º – Fica organizada, com sede na Capital da República, a Comunhão Social *Organum*, cujos fins são os seguintes: a) auxílio intelectual e moral; b) auxílio material. Art. 2º – São auxílios intelectuais e morais: a) os fornecidos, tanto quanto possível, como estímulo para a resolução de problemas da vida preparatória e acadêmica; b) os fornecidos, como estímulo, para a resolução de problemas da vida prática; c) os fornecidos para a resolução de problemas da vida privada e pública dos sócios. Art. 3º – São auxílios materiais: a) o produto de listas mensais que correrão entre os sócios para auxílio imediato ao confrade em situação precária e que o solicite; b) abrigo à família do sócio, quando este a deixar, por invalidez ou morte, em completo desamparo. Parágrafo 1º – O auxílio de que trata a alínea *a* é todo proveniente de uma obrigação moral e conforme a vontade de cada um, podendo ser dado, pelo tempo necessário ou por prazo limitado, segundo a vontade dos consócios. Parágrafo 2º – O auxílio de que trata a alínea *b* consiste no seguinte: depois de ascender a sociedade ao número de mil sócios quites, cada um concorrerá com a importância de vinte e cinco mil réis (25$000) para que a sociedade adquira um prédio, destinado à locação gratuita da família referida, cada vez que se verificar o fato previsto na alínea *b* do art. 3º. Parágrafo 3º – Na hipótese de falecimento de mais de um sócio deixando a família nas condições da alínea *b*, art. 3º, enquanto não decorrer o período de 12 meses do primeiro falecimento ao segundo e assim por diante, perceberá o auxílio imediato da casa a família desamparada em primeiro lugar. Parágrafo 4º – Doze meses depois da última subscrição, far-se-á nova para aquisição da casa destinada à moradia da segunda família desamparada, o mesmo se reproduzindo doze meses depois em relação à segunda, salvo se os sócios espontaneamente aceitarem as novas subscrições sem o transcurso desse período. Parágrafo 5º – Enquanto a família desamparada aguarda as providências da subscrição e aquisição do prédio, conforme o disposto no parágrafo anterior, perceberá o auxílio de 100$000 mensais dos cofres sociais, sem prejuízo do disposto no art. 3º alínea *a*. Parágrafo 6º – Cessará a locação gratuita à família colocada em situação de miséria logo que essa situação desapareça, quer com o amparo de filhos tornados maiores e colocados em qualquer ramo de atividade, quer por motivos outros que importem em melhoria e amparo material dessa família. Parágrafo 7º – À família beneficiada incumbirá a guarda e conservação do imóvel, conforme regulamento à parte. Parágrafo 8º – Caso fique um associado totalmente inválido e desamparado, cada sócio contribuirá igualmente com a quantia de 25$000, sendo o total aplicado pela sociedade de forma a produzir renda em favor do dito associado, enquanto estiver em desamparo. Parágrafo 9º – No caso de morte do associado solteiro ou viúvo, sem família, receberá o benefício do parágrafo 2º do art. 3º a família que tiver sido designada pelo mesmo, no momento da sua matrícula, dentre aquelas que possam pertencer à sociedade, isto é, família cuja organização legal e costumes morais sejam perfeitos. Parágrafo 10 – Quando a sociedade atingir a mais de mil sócios quites, a quantia que exceder dos 25.000$000 produzidos pelas quotas de 25$000 de

que fala o parágrafo 2º do art. 3º será levada ao fundo de aquisição de imóveis, fundo esse destinado a atender à necessidade da aquisição de novo prédio, uma vez completado com nova quota proporcional, desde que se dê novo caso previsto no referido parágrafo 2º do art. 3º. Parágrafo 11 – As beneficências quaisquer serão dadas atendendo-se à ordem de antigüidade dos sócios, depois à ordem de inscrição no livro competente de registro de socorros. Art. 4º – Qualquer auxílio de ordem material só será dado depois do parecer de uma comissão de sindicância eleita pela Delegação Administrativa, sancionada pelo Diretor e se o associado pertencer à sociedade há mais de um ano. Art. 5º – À família do sócio falecido será fornecida a importância de 500$000 para funerais.

Não conhecemos nenhum educador que tenha tido iniciativa semelhante.

Politicamente, posicionou-se La-Fayette com muita clareza, de resto em decorrência de sua rigorosa posição positivista. Na verdade, de forma enfática, definiu-se com ra a democracia. Mas não nos decepcionemos, contudo, pois a rejeição do sistema que a todos nos encanta La-Fayette não a processou como conseqüência da adesão a qualquer sistema antidemocrático, nos termos em que hoje os concebemos, ou seja, nos termos de preferência por sistemas que centralmente impliquem restrições à liberdade e o desacato à dignidade do homem. Na verdade, insistimos, ele a descarta por fidelidade a Comte. Sua posição ele a precisa e define nas palavras pronunciadas em 1º de janeiro de 1930, através da Rádio Clube, quando afirmou: "Consagrada a comemorar a confraternização universal, figura a data de hoje no nosso calendário republicano como das maiores datas de festa nacional... No Brasil, os constituintes de 1891 consagraram essa data luminosa a essa comemoração universal. Acentuaram-se, então, duas correntes de idéias perfeitamente definidas: a democracia e a sociocracia. A uma e outra corrente filiaram-se vultos de notável relevo na campanha abolicionista e na propaganda republicana. As idéias democráticas tiveram como principais representantes as figuras de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. As idéias sociocráticas foram pugnadas principalmente por Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro. Aí se verifica interessante fenômeno de ordem moral. A segunda corrente, a corrente sociocrática, visava a uma finalidade religiosa. Não lhe faltava sequer o aspecto de separação dos poderes. Com Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro no poder temporal e com Miguel de Lemos e Teixeira Mendes no poder espiritual – apóstolos que eram da religião da humanidade – ficou a data de 1º de janeiro sistematicamente consagrada ao ideal religioso da fraternidade universal" (*Organum*, nº 25). Eis, pois, a opção de La-Fayette. Na verdade, sempre fiel a Comte, ele se revela claramente empolgado pela sociocracia. Inclusive, toca-lhe o fato de que nela se mostrem presentes os dois poderes, com especial relevo concedido ao poder espiritual, ao qual compete o encaminhamento do problema ético que, como vimos, se lhe afigura – mais do que o problema econômico – como o verdadeiro problema social a se resolver com urgência. Recorde-se que a sociocracia aparece proposta como uma solução científica, e isso fica bastante claro no trecho da palestra proferida em 1º de maio de 1930, publicada no nº

26 de *Organum*. Escreve, na oportunidade, La-Fayette: "Fundada, pois, a sociologia, não há mais motivo para dirigir-se a sociedade segundo as vontades, como também não se dirige um navio segundo essas mesmas vontades. Assim como o navio é dirigido de acordo com as leis imutáveis e eternas da astronomia, a sociedade deve ser dirigida conforme as leis igualmente constantes e precisas da sociologia." À sociocracia caberia a urgentíssima tarefa de promover a integração social do proletariado, e graças a essa providência extremamente sábia e justa, "a data de hoje, o primeiro de maio, deixará de ser a data de uma classe para pertencer a todas as classes, graças à organização científica do Estado, que extinguirá as classes parasitárias, estabelecendo a convergência dos esforços dentro da ordem e realizando todas as aspirações do progresso sob a influência da fraternidade" (*Organum*. nº 26).

A recusa de La-Fayette à democracia aparece-lhe como uma imposição do surgimento da sociocracia. Esta representa, na marcha social da história, uma solução de natureza superior. Claro que se reconhece no sistema democrático méritos indiscutíveis que obviamente se exprimem pelo respeito à liberdade e à dignidade do homem. E certamente o sistema lhe seria simpático se pudesse compartilhar do modo absolutamente pessoal como Karl Popper o caracteriza. Escreve Popper em *O racionalismo crítico na política*: "Não quero de forma nenhuma definir democracia. De mais a mais, a maioria não governa: qualquer que seja o partido que consiga ganhar a eleição, não governamos, nem o senhor, nem eu, nem a maioria das pessoas. Gostaria, contudo, de deixar claro que distingo entre duas formas de governo. De uma forma, podemos libertar-nos sem derramamento de sangue; da outra não conseguimos desembaraçar-nos sem derramamento de sangue e, talvez, nem mesmo assim. Proponho a denominação de democracia para a primeira forma e de tirania para a segunda (p. 72).

Pois foi diante de uma escolha entre esses dois regimes que La-Fayette reivindicou a democracia. Sobre ela falou na conferência que pronunciou na sessão inaugural do Primeiro Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1944, menos de dois anos antes de passar para a vida subjetiva. Nele, a propósito das relações entre democracia e educação, escreve: "A nossa suprema educação deve ser, em suma, a de criar condições de segurança à democracia. Democracia supõe educação generalizada. O conceito mais expressivo de democracia é o de educar o ser humano e conduzi-lo a um natural aperfeiçoamento através de suas próprias inquietudes. À medida que o processo educativo elucida a consciência para seguir a linha de intercessão do útil individual com o útil social e desenvolve o altruísmo, o princípio de autoridade se restringe e a liberdade se dilata, porque se irá despojando do egoísmo e disciplinando-se, por motivos éticos, que irão substituindo os ditames da autoridade. O imperativo da época não é uma restrição da liberdade, mas uma humanidade melhor, para compreender e praticar a liberdade" (p. 33 do *Documentário do Primeiro Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimento de Ensino Secundário e Comercial*. E mais adiante: "As instituições democráticas só se aperfeiçoam e se consolidam

quando delas participam as massas. Para isso cumpre disseminar, mais e mais, a instrução, para facilitar a efetivação das grandes aspirações nacionais. O Estado existe para o bem dos indivíduos e não para privá-los dos direitos inerentes à personalidade humana" (ibid. p. 37). Na p. 39 afirma enfaticamente: "Todas as restrições opostas à educação, num país de formação cultural incipiente como o nosso, devem ser consideradas como atentados à civilização brasileira." A advertência, registre-se, era feita em 1944, mas ela preserva toda sua validade para os tempos atuais. Mais adiante, insiste La-Fayette: "O que se impõe é a assistência aos menos favorecidos, aos que sem recursos pecuniários queiram, pelos seus atributos intelectuais, afetivos e volitivos, alcançar uma posição na sociedade." Vale a observação que ao pronunciar essas palavras revestia-se La-Fayette da autoridade moral que lhe marcava sua atividade de educador que nunca fechou as portas de seu Instituto àqueles que, por infortúnios de família, se viam na contingência de abandoná-lo por total impossibilidade pecuniária. La-Fayette nessas circunstâncias garantia-lhes a permanência nos estudos concedendo-lhes gratuidade, mesmo em se tratando de alunos internos que, no caso, tinham a cobertura total do ensino, alimentação e abrigo. Vários e brilhantes profissionais de hoje confessaram-nos que mereceram de La-Fayette esse tratamento excepcionalmente humano.

Cabe ainda, aqui, recordar que, especialmente no trecho que transcrevemos no qual se procura ressaltar a relevância da participação das massas para efeito de uma garantia da preservação de democracia, o pensamento de La-Fayette, por certo, voltava-se para a grande tese comteana da urgente e altamente ética integração do proletariado na sociedade da qual se mantinha marginalizado.

Entrementes, brilhantes são os comentários pedagógicos contidos no discurso proferido em 1926 e publicado no nº 16 do *Organum*. O discurso foi proferido na condição do paraninfo de uma turma de professoras formadas através do Curso Geral Superior. Continha recomendações que La-Fayette considerava relevantes para um bom desempenho da função de mestras. Escreve na oportunidade: "Um dos maiores males atuais, um dos vícios que mais prejudicam toda a ação educativa, é a preocupação apressada do exame que se transforma na finalidade de todos os esforços, quando não passa de um meio para atingir o ponto colimado." O comentário tem valor atual, na medida em que se constata a terrível distorção da relevância concedida a uma educação tributária dos exames e, em particular, dos vestibulares. Certo que La-Fayette não desmerece por inteiro a importância do exame, ou seja, da prova que habilita ou desqualifica. Adota, contudo, uma perspectiva mais sábia quando, no mesmo discurso e em espaço adiante, escreve: "Todavia é preciso pensar nas necessidades do exame. Não as percamos de vista. Quem passar o seu tempo de escola a *cultivar-se*, em lugar de passar o tempo a *decorar*, nada terá a temer do exame. A sua composição da língua nacional revelará à banca examinadora uma criatura humana, em vez de um candidato, e a ninguém iludirá esse 'não sei que' que dá aos temas em que ela se revela uma incontestável superioridade sobre aqueles em que se revelam

memórias hipertrofiadas." E logo adiante: "Um preparo para exame, baixamente utilitário, empobrece e esteriliza o espírito porque é um aspecto do egoísmo. Um educador deve dar-se aos outros e cuidar em desenvolver as suas faculdades, em vez de acumular na memória conhecimentos adquiridos com precipitação. Em regra: um aluno egoisticamente preocupado com o exame dá prova de fraqueza, de mediocridade. Aqueles que só pensam no exame são os que mais tarde só consigo próprios se preocuparão: são os fracos, os pobres de vontade, gastos de energia. É preciso impedir que eles experimentem o erigir em sistema a sua impotência, porque se porventura num exame chegam a iludir, a vida, que só é generosa para aqueles que a si próprios se esquecem, encarregar-se-á de puni-los severamente." Já no final do seu discurso La-Fayette escreve: "Sou um otimista! Tenho fé inquebrantável na organização da família, na organização da pátria, na organização da humanidade! Creio nesses três elementos de ordem e de progresso, sustentáculos das instituições! (...) Creio, enfim, na justiça incorruptível da posteridade!"

Não conhecemos nenhum educador que tivesse aplicado à sua extraordinária capacidade de realizador concepções teóricas tão conseqüentes e tão fiéis aos princípios de uma filosofia social como La-Fayette. Por igual, não conhecemos nenhum outro educador que na gerência de sua obra educacional tivesse criado e preservado, por tanto tempo, um órgão de divulgação cultural como La-Fayette o fez fundando e dirigindo a revista *Organum*, definida como "publicação mensal e enciclopédica do Instituto La-Fayette". Tendo o seu primeiro número publicado em agosto de 1922, lê-se em sua apresentação ao público: "Surge pela primeira vez no Brasil a presente publicação mensal, como orientação orgânica em matéria de pedagogia e com o caráter enciclopédico como norma de verdadeiro ensino superior" (p. 3). E mais adiante: "Nela tentaremos expor, por intermédio de professores e de homens cultos, toda a ciência, as questões de arte e de alta literatura e as questões úteis na vida prática. Divulgaremos, por métodos racionais e elevados, os ensinos matemáticos, astronômicos, físicos, químicos, biológicos, sociológicos e morais. Divulgaremos as obras clássicas da literatura antiga, de Homero, Virgílio, Píndaro, etc., e os ensinamentos elevados da Sociologia e da Moral. Publicaremos, também, assuntos úteis à vida prática, de modo a ser o *Organum* um repositório de sãos princípios e de idéias sãs e úteis, onde qualquer pessoa encontre interesse na leitura de suas páginas e no exame de suas seções. Nos trabalhos seriados das várias ciências, os nossos colaboradores se esforçarão para torná-los acessíveis aos que desejam aprender e aos que pretendam recordar os estudos outrora feitos por métodos outros" (p. 4). E encerrando a apresentação: "O *Organum* é uma publicação única no gênero aparecida no Brasil e que se destina a cumprir um vasto programa enciclopédico e a vencer o bom combate pela justa causa que propomos defender" (p. 5). Implicitamente fica indicada, na apresentação, a orientação positivista do *Organum* que se trai, inclusive, pela seriação das disciplinas que nele seriam tratadas. A ordem indicada é a da complexidade crescente e generalidade decrescente, sobre a qual se propôs a classificação das ciências, segundo Comte. Eis, pois, a orientação orgânica que se proclama logo no início.

Vale assinalar que do primeiro número participaram, com trabalhos de suas áreas de especialização, os professores José Gorgulho Nogueira, Milcíades Pereira da Silva, Aristóteles Poch, Raul Boaventura, Simplício Côrtes, Moreira Guimarães, Levasseur França, Marcos Batista dos Santos e, obviamente, La-Fayette Côrtes.

Ao longo dos muitos números publicados defrontamos com a colaboração, por exemplo, de Pedro Calmon, bem como com a divulgação de textos clássicos como os de Fontenelle, Condorcet e outros. A revista revelou sempre um alto nível, mas infelizmente deixou de circular depois de 28 números editados. Assinale-se que o *Organum* não foi a primeira experiência de La-Fayette na área da editoria. Realmente, antes, bem antes, precisamente em 1907, quando La-Fayette tinha apenas 22 anos, publicava, juntamente com Anibal de Matos, a *Revista do Brasil*, da qual tivemos em mão os nºs 7 e 8, publicados em abril/maio e em julho de 1908, respectivamente. Era uma excelente publicação que contou, de resto, com colaboradores da melhor qualidade como, por exemplo, Hermes Fontes. A revista, de resto, sobrevive e ainda hoje circula.

Conforme assinalamos, advertiram-se que La-Fayette escrevera pouco e agira muito. Claro que agiu de forma impressionante, em termos de realizações altamente significativas. Mais adiante teremos oportunidade de mencioná-las. De qualquer modo, não foi de modo algum pequena a contribuição filosófico-pedagógica que nos legou. Certamente, de sua produção teórica destaca-se a magistral conferência sobre *São Bernardo e o seu século*. Por igual valiosa foi sua conferência sobre O papel da mulher na sociedade. Imaginamos, contudo, que outros textos que não chegamos a ler, porque perdidos no tempo, alcançaram o mesmo nível de qualidade. Profundamente lamentamos não ter tido acesso, por exemplo, à conferência feita na Sociedade Brasileira de Filosofia, sobre o tema *Da filosofia escolástica à filosofia positiva*. Tampouco nos foi possibilitada a leitura de outros textos que imaginamos densos e sugestivos, como: 1. *Filosofia e pedagogia;* 2. *Educação e juventude;* 3. *A filosofia positiva e o seu centenário;* 4. *Como ensinar filosofia no curso secundário;* 5. *O ensino e o momento atual*. De qualquer modo, os textos que tivemos a oportunidade de estudos justificam a condição de homem teórico que lhe atribuímos como condição básica para que ele pudesse ser o homem de ação que todos reconhecemos como eminente.[3]

[3] As conferências Da Filosofia escolástica à Filosofia Positiva e Pedagogia, ambas pronunciadas na Sociedade Brasileira de Filosofia, só nos chegaram às mãos alguns meses após a redação do texto que agora divulgamos. O acesso a ambas nos foi proorporcionado pela extraordinária dedicação de La-Fayette Côrtes Filho que, em sua notável aplicação à pesquisa, conseguiu localizá-las. Valeu-nos muito esse esforço, pois cresceu em nós a grande admiração que já nutríamos por sua cultura filosófica e pedagógica. E nos valeu especialmente por certas informações de extrema relevância acerca da presença do pensamento positivista em seu Instituto. Na verdade, em seu estudo sobre *Filosofia e pedagogia*, La-Fayette adianta que a organização do ensino primário que implantou desde 1916 em seu Colégio baseou-se totalmente no projeto elaborado em 1892 por Teixeira Mendes e que, não obstante os esforços de Tasso Fragoso, nunca chegou a ser adotado no ensino primário do antigo Distrito Federal. Escreve a propósito La-Fayette Côrtes: "Em 1892, organizava o apóstolo (a referência é a Teixeira Mendes) um programa para curso primário, destinado à instrução da segunda infância (dos sete aos quatorze anos). Coisa interessante! Esse programa, apresentado ao conselho municipal para ser adotado nas escolas primárias do Rio de Janeiro, pelo então intendente

Nesta condição, de resto, basta que se recorde a sua criação do Instituto La-Fayette em 1916. O sucesso desse empreendimento, que contou com o apoio financeiro de homens como Afonso Vizeu e técnico como o de Levasseur França, este, colaborador e amigo fraterno de La-Fayette em toda a trajetória de sua vida objetiva, pode ser avaliado pela seqüência ascencional das matrículas. Com 71 alunos em 1916, em 1917 já contava com 252, em 1918 com 407, em 1919 com 570 e em 1920 com 960 alunos, fato que o tornava, a essa altura, o maior estabelecimento de ensino do nosso país. Em 1921 criava-se o Departamento Feminino. Uma sucursal em São João Nepomuceno foi, por igual, criada, de resto antes mesmo da criação do Departamento Feminino. Essa sucursal foi mais tarde transferida para Petrópolis e depois para a Praia de Botafogo, já então com o nome de Departamento Misto. Esse Departamento teve duração bastante longa, até ser desativado. Vale assinalar que já em 1916, ao criar o Instituto La-Fayette, organizava o Jardim de Infância, depois convertido em Departamento Preliminar. Tal iniciativa inclui La-Fayette entre os pioneiros desse nível de ensino em nosso país, cujos registros indicam pouquíssimas experiências antes da realizada por La-Fayette. Pioneira, também, foi a implantação de um Serviço de Orientação Educacional, devendo destacar-se nesse empreendimento a colaboração de Levasseur França. Em 1936, sonhou com uma Faculdade de Educação e elaborou brilhante projeto que, inclusive, serviu de subsídio para a fundação, em 1939, da Faculdade Nacional de Filosofia. Seu sonho corporificou-se em 1939, quando criou a Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, para ela recrutando grandes nomes que honravam o magistério no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação. Dela, inclusive, fizemos parte, na condição de assistente, a partir de 1944. Essa faculdade acabou se incorporando à hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro, contribuindo, na época, com o maior contingente de alunos e professores.

O último projeto de La-Fayette infelizmente não chegou a realizar-se. Referimo-nos à criação de um departamento para excepcionais. A morte o alcançou antes de implantá-lo. Fiel companheira de La-Fayette, Alzira Côrtes procurou dar condições de concretização a esse sonho e possibilitou que fosse instalada a Apae, tão logo fundada, no prédio em que funcionou durante largo tempo o Departamento Preliminar. A instalação da Apae efetuou-se sem qualquer ônus, tendo sido criada então a primeira escola para excepcionais, hoje denominada La-Fayette Côrtes. Isso ocorre em 1954. Registre-se que a vinculação de La-Fayette à Apae preserva-se até hoje, através de La-Fayette Côrtes Filho, que nela desempenha funções de conselheiro. A ação de Alzira Côrtes no prosseguimento da obra do marido prossegue em 1956 quando, com a

---

Tasso Fragoso, não é mais nem menos do que o programa dinâmico da chamada escola ativa, tão preconizada nos dias que correm, isto é, quase quarenta anos depois de organizado pelo filósofo. O programa não foi aplicado, naturalmente por falta de quem o aplicasse." E mais adiante: "Fundado o Instituto La-Fayette, em meados de 1916, até se adotou, desde aquele momento, mediante algumas adaptações, o programa de ensino primário da lavra do filósofo brasileiro, tantos anos antes apresentado no Conselho Municipal desta Capital, pelo então intendente Tenente Tasso Fragoso, atual General e Chefe do Estado-Maior do Exército."

Drª Nise da Silveira, cria a Casa das Palmeiras, da qual vem a ser a primeira Presidente.

De La-Fayette guardamos uma imagem inesquecível, construída ao longo dos anos em que freqüentamos o Instituto como aluno e, posteriormente, como professor. Sentimo-lo presente neste momento em que encerramos nosso tributo de admiração e procuramos resgatá-lo para exemplo da juventudde de hoje. De boa estatura, severo, educado, atencioso, profundamente curioso, exemplar chefe de família, simples de hábitos, sentimo-lo, como dissemos, ao nosso lado, repetindo com sua voz empostada trechos do hino do Instituto com que encerrou a palestra proferida em 1º de janeiro de 1930, na Rádio Clube, após pronunciar uma de suas mais queridas frases: "Fraternidade! Elo do amor universal."

Povos ativos do planeta
Todos deveis dar-vos as mãos
Quebrada a última grilheta
Povos da terra, sois irmãos!